

## MINAS GERAIS – IMPACTOS DA CRISE FINANCEIRA NA ECONOMIA DO ESTADO

### INTRODUÇÃO

A crise financeira que teve início no mercado de crédito imobiliário dos Estados Unidos há pouco mais de um ano se alastrou pelas economias do mundo, provocando uma crise de crédito sem precedentes na história do capitalismo. A queda generalizada nos preços e na demanda dos bens comercializáveis nos mercados internacionais teve conseqüências perversas para as economias da maioria dos países, especialmente dos exportadores de *commodities*. O Brasil vem sofrendo os impactos da crise, que contaminou a economia pela contração de crédito e pela queda das exportações e da produção industrial. Os reflexos negativos sobre o nível de atividade econômica e sobre o mercado de trabalho já são visíveis.

Em Minas Gerais, o cenário não é diferente. Os resultados da produção industrial mineira já refletem a queda na demanda internacional por produtos exportáveis. A queda no nível de atividade econômica e a conseqüente redução na arrecadação de impostos já produziram efeitos nas finanças do Estado e dos municípios. Os índices de emprego e desemprego também já apontam para uma possível deterioração do mercado de trabalho este ano.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, este trabalho pretende avaliar o impacto da crise sobre a economia de Minas Gerais. A presente análise está dividida em dois eixos principais, quais sejam “setor real” e “finanças públicas”.

No eixo “setor real” foram avaliados os efeitos da redução das demandas interna e externa sobre o setor produtivo do Estado, mais especificamente a indústria, a agropecuária e o comércio, e seus reflexos sobre o mercado de trabalho.

O que se pôde observar foi que, em razão do perfil do setor industrial mineiro, que concentra 68% do PIB do setor na indústria extrativa mineral e na de transformação, a redução da demanda e dos preços internacionais das *commodities* minerometalúrgicas teve impacto importante na produção industrial do Estado, confirmada pela queda de 4,71% no PIB do setor, no último trimestre do ano passado.

A despeito da forte desaceleração econômica ocorrida nesse período, os segmentos das produções animal e vegetal no Estado apresentaram crescimento anual médio de 16,1% em 2008. Já o PIB do agronegócio apontou crescimento de 14,8%. Porém, apesar dos bons resultados do setor, que se beneficiou fortemente do aumento dos preços das *commodities* agrícolas nos últimos anos, a expectativa para 2009 é de

que o PIB retroceda aos patamares de crescimento registrados em 2004 e 2005, devido à queda da demanda internacional por esses produtos.

Em relação ao comércio mineiro, observou-se uma desaceleração do crescimento das vendas do setor a partir de setembro de 2008, invertendo a trajetória iniciada em janeiro do mesmo ano, a taxas crescentes, em janeiro do mesmo ano, na série de comparação anual. As vendas de veículos foram as mais afetadas, dada a redução no volume de crédito ao consumidor para compra de veículos novos. As condições favoráveis de crédito, somadas à melhora do rendimento real e do emprego, que foram os principais fatores de sustentação do resultado positivo do setor nos últimos anos, podem não permanecer em 2009, tendo em vista a perspectiva de queda do nível de atividade econômica em decorrência da crise internacional.

A análise de dados sobre emprego e renda revela que a queda na produção industrial no último trimestre do ano passado produziu efeitos sobre o mercado de trabalho. Nesse período foram fechados 179.000 postos de trabalho no Estado. A reação esboçada no primeiro bimestre do ano corrente, com redução das demissões e aumento das contratações, por sua vez, não foi suficiente para fazer reverter o quadro, pois o saldo do bimestre ainda é negativo. Nesse período foram fechados 27.669 postos de trabalho no Estado.

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Belo Horizonte também cresceu, de 5,2%, em novembro de 2008, para 6,8%, em fevereiro deste ano. Porém, apesar de ter crescido nesse período, ela se mantém em patamar baixo, se comparada às taxas observadas na série histórica de 2002 a 2008.

O rendimento médio real habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – cresceu 2,4% em fevereiro de 2009 na comparação com janeiro do mesmo ano, e 8,3%, na comparação com fevereiro de 2008. No entanto, a massa de rendimento real efetivo da população ocupada na RMBH, estimada em R\$ 2.751 milhões, em janeiro deste ano, apresentou queda de 24,3% em relação a dezembro de 2008. A tendência, caso se confirme a expectativa de crescimento na taxa de desemprego, é de redução na massa de rendimento da população ocupada em 2009.

No eixo “finanças públicas”, procurou-se analisar o impacto da crise econômica sobre as finanças do Estado e dos municípios. Observou-se que, caso se confirmem as expectativas de queda na arrecadação de ICMS – que, num cenário razoável, poderia ser de 5% este ano –, será pequena a margem de atuação do Estado no redimensionamento

de despesas, com vistas ao equilíbrio orçamentário. Por outro lado, uma ação mais forte de intervenção do Estado no domínio econômico, com vistas a compensar a queda do investimento privado por meio do aumento do investimento público, é pouco plausível, dadas as restrições orçamentárias, em um cenário de queda de arrecadação.

Em relação às finanças municipais, a crise vem se refletindo na redução das receitas relativas às transferências do Fundo de Participação dos Municípios – FPM – e da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. A redução da receita do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI –, decorrente da queda no nível de atividade econômica e da redução do imposto sobre a venda de automóveis, e a queda na produção e na exportação de commodities minerometalúrgicas reduziram a receita de transferências do FPM e da CFEM para os municípios, especialmente para os mais pobres e os de pequeno porte. Dado o alto nível de dependência desses municípios em relação às receitas de transferências, é de se esperar, portanto, impacto negativo nas receitas municipais, o que afetará certamente a capacidade desses municípios, seja de investimento, seja de prestação dos serviços públicos.